

RECURSO ESPECIAL Nº 1.851.255 - SC (2019/0357472-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **JANAÍNA MARQUES DA SILVEIRA E OUTRO(S) - SC026753**
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844
RECORRIDO : **ELIBERTO SANT ANA MIRANDA**
ADVOGADO : **JEAN CARLOS SABINO - SC026145**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA POR DECISÃO UNIPESSOAL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA SÚMULA 47 DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA CABÍVEL APENAS NA HIPÓTESE DO § 7º DO ARTIGO 5º DA LEI N. 6.194/1974. TESE RECHAÇADA. DATA DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO QUE NÃO AFASTA A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. MECANISMO DE RECOMPOSIÇÃO DO VALOR DA MOEDA. ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TEMA 898.

RECURSO DESPROVIDO.

Considerando que o Superior Tribunal de Justiça definiu que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório incide do evento danoso, o raciocínio é de que ela é um mecanismo de recomposição do valor indenitário.

Logo, na forma da Súmula 47 deste Tribunal de Justiça, "incide correção monetária desde o evento danoso na indenização do Seguro DPVAT, tenha ou não havido pagamento administrativo no prazo previsto no § 7º do artigo 5º da Lei n. 6.194/1974".

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação do art. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei 6.194/74, bem como divergência jurisprudencial, no sentido de afastar a incidência da correção monetária da indenização relativa ao seguro DPVAT quando o pagamento do prêmio é realizado no prazo legal.

Sem contrarrazões (certidão de fl. 241, e-STJ).

Assim posta a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal de origem concluiu que a incidência da correção monetária independe do pagamento da indenização securitária dentro do prazo administrativo de 30 dias. Veja-se (e-STJ, fl. 215):

Embora no caso concreto o pagamento administrativo aparentemente tenha ocorrido dentro do lapso temporal mencionado na Lei do Seguro Obrigatório, conforme demonstrado pela agravante, isso não tem importância para fins de incidência da correção monetária.

A conclusão acima reproduzida divergiu da jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, que já se posicionou no sentido de que "*O entendimento consolidado na Súmula n. 580/STJ e no REsp n. 1.483.620/SC se aplica quando a seguradora não paga o valor da indenização no prazo de trinta dias, a contar da data de entrega da documentação. Precedentes (Súmula n. 83/STJ)*" (AgInt no REsp 1727082/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 30.5.2019).

Na mesma direção:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. 1. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE. ATUALIZAÇÃO. INVIABILIDADE 2. VERBA HONORÁRIA. CRITÉRIO DA EQUIDADE. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. 3. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Súmula 580/STJ dispõe que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

2. A correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal, de modo que a mora da seguradora imporia a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo. Na espécie, a indenização foi feita tempestivamente, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, tornando inviável a atualização

monetária.

3. No que concerne à pretendida fixação da verba honorária em consonância com o critério da equidade, verifica-se da análise dos autos que não houve manifestação da Corte de origem sobre a referida tese. Dessa forma, evidente a ausência de debate do tema. Óbice, no ponto, da Súmula 211 desta Corte.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1479030/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 30.8.2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DESDE O EVENTO DANOSO. DESCABIMENTO. PAGAMENTO REALIZADO TEMPESTIVAMENTE NA VIA ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A Segunda Seção do STJ, em sede de julgamento de recurso especial representativo de controvérsia, firmou a tese de que "A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso" (REsp 1.483.620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe de 02/06/2015).

2. A incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos do previsto no recurso especial repetitivo, somente ocorre nas hipóteses de descumprimento do prazo legal para o pagamento (art. 5º, § 7º, da Lei 6.194/74), circunstância que foi expressamente afastada pelo Tribunal de origem.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1336812/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 30.5.2019.)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a correção monetária sobre os valores tempestivamente pagos pela recorrente, mantida a sucumbência arbitrada em sentença (e-STJ, fl. 157).

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora